

Senado ignora BC e rola dívida de São Paulo

ROSSANA ALVES

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não conseguiu tampar pelo menos um "ralo" por onde vaza o dinheiro público: o aumento do endividamento dos estados e municípios. Anteontem, apesar da advertência do Banco Central, o Senado aprovou a rolagem integral da dívida mobiliária da cidade de São Paulo que vence no segundo semestre de 1993, estimada em US\$ 74 milhões. A rolagem contraria o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 3, que proíbe a emissão de novos títulos estaduais e municipais, admitindo apenas o giro do principal da dívida, sem computar os juros.

A autorização para a rolagem, que beneficia o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, foi aprovada em sessão extraordinária, quando só havia 11 senadores em plenário. Depois de obter as assinaturas para que o pedido da Prefeitura tramitasse em regime de urgência urgentíssima, o relator da matéria, senador Espiridião Amin, presidente do mesmo PPR de Maluf, conseguiu aprová-lo por votação simbólica. Os senadores Nelson Wedekin (PDT-SC) e José Paulo Bisol (PSB-RS), contrários ao pedido, não conseguiram evitar a votação, pois

precisariam do apoio de mais dois senadores.

O parecer do BC, assinado pelo ex-diretor de Política Monetária Francisco Amadeu Félix, que acompanha o pedido da prefeitura, informa que o volume de rolagem solicitado por Paulo Maluf é maior, em 17,58% a 42,17% (depoendendo da taxa em que o título foi emitido), que o limite constitucional.

O BC adverte ainda que o prefeito não apresentou três documentos exigidos para que a autorização para a rolagem seja concedida: o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e ainda o Plano Plurianual de Investimentos.

A tarefa de fixar os limites para endividamento interno e externo dos estados e municípios cabe exclusivamente ao Senado. Cada pedido de emissão ou rolagem dos títulos passa antes pelo BC, que deve dar seu parecer técnico. Os senadores, entretanto, não levam muito em conta a posição do BC e acabam permitindo que governadores e prefeitos elevem suas dívidas.

— Os senadores aprovam os pedidos sem sequer examinar se a documentação está correta — acusa o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que já pensa em questionar judicialmente a autorização concedida pelo Senado a Paulo Maluf.